



V CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA O CARGO DE PROCURADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL.

- 1) O Mandado de Segurança, como instrumento de proteção dos direitos individuais, poderá ser viabilizado, nos termos do art. 5º, LXIX, da Constituição da República, com o objetivo de *obstar a tramitação legislativa de Emenda à Constituição* vulneradora do parágrafo 4º do art. 60 do Texto Supremo? Em sendo possível, quem teria legitimidade para impetrar o *writ*? Qual o efeito que a promulgação da Emenda deflagraria sobre a situação questionada? (valor = 2,0).
- 2) Pode o servidor público estadual exercer com plenitude o *direito de greve* previsto no art. 37, inciso VII, da CF, enquanto não editada lei complementar que opere a *efetividade* à norma constitucional acima mencionada? A Administração Pública, para proceder aos descontos dos dias de greve do servidor ausente, teria, então, de obedecer ao “devido processo legal”? (valor = 2,0).
- 3) Qual o princípio acrescentado à redação do art. 37 da Constituição Federal, pela Emenda Constitucional n. 19, de 04/06/1998, que passa a reger a atuação da Administração Pública? (valor = 1,0).
- 4) Quantos representantes terá, no mínimo, cada Estado-membro no Congresso Nacional e quantos Deputados, no mínimo, em sua Assembléia Legislativa? (valor = 1,0).
- 5) Escreva sobre os meios de *controle preventivo* de constitucionalidade das normas que podem ser identificados na Constituição vigente. (valor = 2,0).
- 6) Dentre as vedações constitucionais de natureza federativa temos a *natureza laica* do Estado brasileiro. O que vem a ser, à luz da Constituição da República, tal *natureza laica* do Estado brasileiro? (valor = 2,0).